

Editorial

A presente edição da Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal – REDPPC do corrente ano mais uma vez conta com valiosas contribuições de professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Nesta edição são tratadas questões atuais, polêmicas e de particular relevância para o debate jurídico-penal nacional e estrangeiro: ▪ O caso do Promotor v. Bosco Ntaganda, que foi o primeiro caso em que o Tribunal Penal Internacional emitiu uma condenação por crimes sexuais e de gênero; ▪ A anatomia funcional do *compliance officer* e sua responsabilidade penal segundo a abordagem espanhola, em que é abordado de criticamente o tratamento conferido à responsabilização penal do *compliance officer* como se fosse um órgão que possui as mesmas atribuições e desempenha funções semelhantes em qualquer tipo de organização, quando, em realidade, pode estar configurado de forma diversa e desempenhar funções muito diferentes consoante a respectiva organização empresarial; ▪ A problemática da tortura à luz do “Caso Evandro”, que trata sobre a atualidade da prática da tortura no Brasil, notadamente sobre o seu uso como instrumento para a obtenção de confissões que, posteriormente, são levadas aos processos judiciais e valoradas como provas que dão azo a condenações manifestamente injustas; ▪ A mistanásia e a responsabilidade criminal do Estado, em que é apresentado um instigante estudo de caso sobre a falta de oxigênio medicinal na cidade brasileira de Manaus/AM; ▪ Discute-se, ademais, a relevância da ideia de consenso e de verdade no Processo penal, em especial, a partir dos influxos da justiça penal negocial no Brasil; ▪ O aumento da execução da pena provenientes da Lei Anticrime e seus os impactos na execução da medida de segurança são tratados amplamente; ▪ “*Sextortion*”, enquanto modalidade de cibercrime, é apresentado em um interessantíssimo estudo que examina o aumento da sua incidência e as dificuldades na sua tipificação e diferenciação em relação a outros tipos de delitos; ▪ No “Caso Jesuitas” é efetuada uma ampla, profunda e crítica análise da sentença da Audiencia Nacional Espanhola que julgou o caso Jesuitas, por força do princípio da jurisdição universal, e neste contexto é examinada a caracterização da coautoria conjunta mediata em aparatos organizados de poder em caso de terrorismo; ▪ Reflete-se, outrossim, sobre o discurso midiático de “tolerância zero” e o seu impacto sobre a atuação do poder Judiciário e das instituições de repressão estatal; ▪ Por fim, a partir de uma análise pragmática e interdisciplinar desenvolve-se um estudo a respeito do suicídio na polícia militar estado de São Paulo.

Agradecemos a todos os autores e a todas autoras por suas valiosas contribuições, bem como aos avaliadores, cuja colaboração tem sido fundamental para a qualificação do periódico.

Desejamos uma boa leitura e esperamos que aproveitem.

Porto Alegre, dezembro de 2023

os Editores